

PANORAMA

2017

AGU

PANORAMA
2017

AGU

EXPEDIENTE AGU

Grace Maria Fernandes Mendonça

Advogada-Geral da União

Paulo Gustavo Medeiros Carvalho

Secretário-Geral de Consultoria

Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Procuradora-Geral da União

Fabrcio da Soller

Procurador-Geral da Fazenda Nacional

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Procurador-Geral do Banco Central

Cleso José da Fonseca Filho

Procurador-Geral Federal

Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos

Consultor-Geral da União

Isadora Maria Belém Rocha Cartaxo de Arruda

Secretária-Geral de Contencioso

Altair Roberto de Lima

Corregedor-Geral da Advocacia da União

Fabiola Souza Araújo

Adjunta da Advogada-Geral da União

Julio de Melo Ribeiro

Adjunto da Advogada-Geral da União

Maria Aparecida Araújo de Siqueira

Secretária-Geral de Administração

Diogo Palau Flores

Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União

Rejane Valéria Chaves de Castro

Chefe de Gabinete da Advogada-Geral da União

Francis Christian Alves Scherer Bicca

Ouvidor da Advocacia-Geral da União

Flávio Antônio Borges da Silva Gusmão

Assessor de Comunicação Social

Nilson Karoll Mendes de Araújo

Assessor Parlamentar

ÍNDICE

Apresentação	06
AGU em números	09
Panorama Geral	10
Gestão	12
Redução de Litigiosidade	14
Orientação Jurídica	16
Combate à Corrupção	18
Direitos Sociais	20
Economia e Infraestrutura	22
Informações Setoriais	25
AGU	26
GAB	28
PGU	30
PGF	32
PGFN	34
PGBC	36
SGCT	38
CGU	40
CGAU	42
SGCS	44
SGA	46
EAGU	48
OAGU	50
ASCOM	52
ASPAR	54

APRESENTAÇÃO

A Advocacia-Geral da União tem muitos motivos para celebrar o ano de 2017. Foi um ano de intenso trabalho por parte de seus 12 mil membros e servidores, que se dedicaram com afinco e desempenharam suas atribuições com excelência.

Em um cenário de importantes mudanças sociais e econômicas vividas ao longo do ano, a AGU não mediu esforços para viabilizar, na esfera de sua competência, as políticas públicas necessárias à retomada do crescimento econômico e ao restabelecimento da confiança da sociedade e da esperança de um período de estabilidade. Conseguimos, mediante muito trabalho, dar segurança jurídica à ação governamental, por meio de uma eficiente defesa judicial e um robusto assessoramento jurídico.

Os números são expressivos. Foram mais de 182 mil manifestações e 49 mil pareceres emanados de nossa área consultiva. Trata-se de uma atuação institucional importante, por configurar uma verdadeira advocacia preventiva. Com efeito, a base jurídica adequada garante tanto o sucesso do lançamento de um edital quanto a publicação de um ato normativo ou, ainda, o lançamento de um grande projeto social, apenas para citar alguns exemplos. O assessoramento jurídico adequado sem dúvida alguma proporciona a base sólida que sustentará a decisão política até sua plena concretização.

Os procedimentos de licitações e pregões – com movimentação de R\$ 60 bilhões – que se realizaram no ano passado foram exitosamente viabilizados justamente pelo trabalho diligente das equipes de consultivo que atuaram de forma eficiente em todas as fases dos procedimentos.

Nessa perspectiva, é possível também constatar o sucesso das concessões de portos, aeroportos, campos de petróleo e de tantas outras iniciativas lançadas ao longo do ano, e que possibilitaram o ingresso de R\$ 53 bilhões nos cofres públicos. A atuação altamente técnica das áreas envolvidas garantiu, inclusive, a reversão de todas as decisões judiciais que buscavam invia-



O quantitativo de processos judiciais em 2017 foi quatro vezes maior do que aquele observado em 2016, alcançando cinco milhões de novas demandas judiciais.

bilizar os procedimentos licitatórios. Ao final, todas as concessões foram efetivadas com pleno êxito, assegurando a implementação da política pública.

O presente Panorama apresentará dados surpreendentes. O quantitativo de processos judiciais em 2017 foi quatro vezes maior do que aquele observado em 2016, alcançando cinco milhões de novas demandas judiciais. Foram acompanhadas aproximadamente 20 milhões de ações e recursos na Justiça Federal. As ações que envolviam impacto econômico foram cuidadosamente conduzidas, o que impediu a saída indevida de quase R\$ 1,1 trilhão dos cofres públicos em 2017. Fomos além, e a atuação judicial resultou na arrecadação direta de outros R\$ 32 bilhões, superando os números de 2016 e de 2015.

De fato, são números que nos impressionam. Mesmo já acostumados com a rotina dos tribunais, constatar a estatística da Casa nos enche de orgulho e de boa sensação do dever cumprido. Muito bem cumprido. Mostra, também, que, ao desempenhar nossas atribuições, somos maiores do que as dificuldades que se apresentam; que estamos sempre dispostos a elaborar a melhor estratégia judicial.

Mas não só na litigância judicial nos superamos. O ano de 2017 foi especialmente o ano do diálogo. Demonstramos com resultados concretos que sabemos dialogar e alcançar metas muito positivas, especialmente em um país com níveis alarmantes de judicialização. Muitos assuntos, desde os mais simples aos mais complexos, foram objeto do viés conciliatório. Conseguimos, assim, dar nossa contribuição a um Poder Judiciário que administra o quantitativo de 80 milhões de processos, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça. Como o maior escritório de advocacia do país, a AGU se empe-

nhou em adotar nova postura perante os tribunais, abandonando a prática de recorrer até a última instância nas ações que envolvem o Poder Público. Para tanto, municiamos o advogado público de maior segurança, para que fosse possível a desistência do recurso e a solução amigável com a parte adversa.

Nessa perspectiva, a Advocacia-Geral da União formalizou mais de 80 mil acordos ao longo do ano, que encerraram disputas que poderiam levar anos sem uma resolução para as partes. Além da celeridade que a postura proporcionou, foi economizado R\$ 1,4 bilhão. Acima do expressivo número, revelou-se o maior benefício da atuação conciliatória: a efetiva realização da justiça.

Com essa breve apresentação, desejamos a todos uma boa leitura deste Panorama, que retrata e presta contas à nossa Instituição e à sociedade do desempenho responsável de nossa missão constitucional, na certeza de que a cada ano os desafios crescerão e nos encontrarão preparados para vencê-los na mesma medida, com o trabalho técnico e a dedicação diferenciada de todo o seu quadro, advogados públicos e servidores. Enriquece ainda mais esta publicação a comemoração, neste ano, dos 25 anos da Lei Orgânica de nossa Casa, data que nos enche de alegria e celebra o reconhecimento de nosso esforço na incansável defesa dos valores mais caros ao Estado democrático de Direito.

A handwritten signature in blue ink that reads "Grace Maria Fernandes Mendonça".

Grace Maria Fernandes Mendonça
Advogada-Geral da União

AGU EM NÚMEROS

Presente em

249
unidades

Distribuídas
em todas as

27
unidades da
Federação

Cerca de

12mil
advogados e
servidores

	ECONOMIZADOS	ARRECADADOS
Administração Direta	R\$ 371,8 Bilhões	R\$ 131.5 Milhões
Administração Indireta	R\$ 7,1 Bilhões	R\$ 3,1 Bilhões
Fazenda Nacional	R\$ 609 Bilhões	R\$ 26,1 Bilhões
Banco Central	R\$ 576 Milhões	R\$ 3,6 Bilhões
Atuação no STF	R\$ 70,3 Bilhões	-
Atuação Consultiva	R\$ 100 Milhões	-
Total	R\$ 1,05 Trilhão	R\$ 32,93 bilhões

R\$ 1,09 Trilhão
ECONOMIZADOS / ARRECADADOS



Mais do que nunca, uma AGU à altura dos desafios

O Brasil conseguiu superar em 2017 a pior recessão econômica da sua história. Mas a crise gerou um quadro fiscal desafiador, e foi neste contexto de dificuldade para equilibrar as contas que a atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) em defesa do Estado se tornou ainda mais fundamental.

Felizmente, o que os números mostram é que a instituição esteve, mais do que nunca, à altura da tarefa. A atuação da AGU evitou impactos de R\$ 1,09 trilhão aos cofres públicos ao longo de 2017 – dezessete vezes mais do que os R\$ 65,3 bilhões obtidos no ano anterior e o equivalente a 17% do Produto Interno Bruto do país. O cálculo leva em conta casos em que a AGU impediu que decisões judiciais prejudicassem o erário ou, então, que obteve na Justiça entendimentos que garantiram a entrada de recursos para os cofres públicos.

“Esses resultados comprovam que é possível contar com uma advocacia pública cada vez mais eficaz, dedicada e preparada para defender o Estado e, em última instância, o cidadão que depende das políticas financiadas com os recursos públicos”, avalia a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça. “E é assim, trabalhando de forma incansável para cumprir a missão que foi dada à AGU pela Constituição Federal, que a instituição dá sua contribuição para o país”, completa.

EXEMPLOS

Somente em atuações em defesa da Fazenda Nacional nos tribunais superiores e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a AGU evitou prejuízos da ordem de R\$ 690 bilhões aos cofres públicos. Em uma destas atuações, a Advocacia-Geral demonstrou no Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, que a contribuição social a cargo do empregador incide sobre os ganhos habituais do empregado, sejam eles anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 20/98. O entendimento evitou um impacto de R\$ 280 bilhões no erário.

A AGU também impediu que a União fosse obrigada indevidamente a repassar mais de R\$ 360 bilhões a municípios que pleiteavam na Justiça receber valores adicionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A instituição também assegurou na Justiça a realização de licitações de concessão de aeroportos, usinas hidrelétricas e de áreas para exploração de petróleo – empreendimentos que vão garantir investimentos bilionários nos próximos anos.

MEDIAÇÃO E ORIENTAÇÃO

Em uma outra forma de atuação, como mediadora, a AGU também teve papel central na celebração do maior acordo judicial da história do país, conduzindo as negociações nas quais poupadores e bancos chegaram a um consenso sobre a forma de correção de aplicações adotada durante a vigência dos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor II (1991). O acordo deve encerrar mais de um milhão de processos em tramitação no Judiciário e injetar cerca de R\$ 12 bilhões na economia a partir de 2018.

E a instituição também não fechou os olhos para a crise de outros entes federativos, dando aval jurídico, por exemplo, para o plano de recuperação fiscal do Rio de Janeiro – uma das unidades da federação mais atingidas pela crise.

“Sem segurança jurídica, o processo de retomada da economia não terá a mesma eficácia. Cabe à AGU continuar encontrando, observando rigorosamente os caminhos traçados pela Constituição e pela lei, soluções para os enormes desafios do Estado brasileiro”, conclui a advogada-geral.

“Esses resultados comprovam que é possível contar com uma advocacia pública cada vez mais eficaz, dedicada e preparada para defender o Estado e, em última instância, o cidadão que depende das políticas financiadas com os recursos públicos”.

Grace Maria Fernandes Mendonça
Advogada-Geral da União



Uma AGU mais eficiente, integrada e inclusiva

Na Advocacia-Geral da União, a busca pela eficiência não passa apenas por um maior êxito nos tribunais ou pelo fornecimento do melhor assessoramento jurídico para os gestores públicos. Em 2017, a instituição redobrou esforços para modernizar sua gestão e oferecer as melhores condições de trabalho possíveis para cerca de 12 mil colaboradores (entre advogados públicos, servidores e estagiários) espalhados por 249 unidades localizadas em 121 municípios brasileiros.

A Secretaria-Geral de Administração (SGA) da AGU conseguiu, por meio de renegociações contratuais, reduzir os valores gastos pela instituição com a locação de imóveis, serviços de tecnologia da informação e de limpeza.

A medida foi acompanhada por melhorias nas instalações de diversas unidades físicas da AGU, uma antiga reivindicação de muitos membros e servidores. Bem como pela compra de 4.825 computadores, 500 notebooks e 197 scanners profissionais novos – a maior aquisição de equipamentos do órgão nos últimos sete anos.

As melhorias e aquisições caminharam lado a lado com a adoção de novos métodos que têm como objetivo aprimorar a gestão. “Diversas melhorias nos processos internos de trabalho foram feitas, com o aprimoramento da qualidade dos gastos públicos, investimentos e diretrizes institucionais. A otimização dos processos de trabalho, além de promover agilidade e redução de mão de obra empregada nas atividades, também gerou economia ou recuperação de recursos”, destaca a secretária-geral de administração da AGU, Maria Aparecida Araújo de Siqueira.

INTEGRAÇÃO

Uma das medidas estratégicas de gestão adotadas em 2017 foi a criação do projeto-piloto “AGU Sinergia”, que tem como meta ampliar a integração entre as unidades regionais da Advocacia-Geral, estimulando o intercâmbio de conhecimento e experiências e promovendo o alinhamento de diretrizes na defesa dos interesses do Estado.

Na fase inicial do projeto, entre agosto e dezembro de 2017, foram realizadas reuniões mensais com os dirigentes regionais em cada uma das cinco regiões da Justiça em que a AGU atua. Nelas, foram discutidas as principais atuações estratégicas da instituição, com o compartilhamento de informações relevantes e experiências de sucesso de cada órgão.

O AGU Sinergia prevê, ainda, o aperfeiçoamento do funcionamento da Ouvidoria nos órgãos regionais, assim como a criação de unidades regionais de comunicação nas capitais em que estão sediadas as regiões da Justiça Federal para apoiar as atividades de divulgação institucional.

“Diversas melhorias nos processos internos de trabalho foram feitas, com o aprimoramento da qualidade dos gastos públicos, investimentos e diretrizes institucionais”.

“A otimização dos processos de trabalho, além de promover agilidade e redução de mão de obra empregada nas atividades, também gerou economia ou recuperação de recursos”.

Maria Aparecida Araújo de Siqueira
Secretária-Geral de Administração

INCLUSÃO

A AGU também deu um passo importante para fornecer melhores condições de trabalho aos colaboradores com alguma deficiência com a assinatura de duas portarias que criaram programa de acessibilidade no âmbito da instituição. As normas estabeleceram objetivos e diretrizes para a formulação da política de acessibilidade, bem como criaram grupo de trabalho que será responsável pela implantação das iniciativas concretas.

Ao longo do ano, a SGA também promoveu diversas campanhas relacionadas à saúde e ao bem-estar dos colaboradores, realizando ações durante o Abril Verde (segurança no trabalho), Maio Amarelo (conscientização no trânsito), Outubro Rosa (prevenção do câncer de mama) e Novembro Azul (conscientização sobre o câncer de próstata).

As iniciativas de aperfeiçoamento da gestão incluem, ainda, a inscrição em dívida ativa de mais de R\$ 1 milhão recebidos indevidamente por servidores ativos ou inativos; a otimização e controle de trechos de malotes subutilizados ou não utilizados; a implantação do sistema E- Carta, que agilizou a entrega de correspondências com um sistema mais prático e menos oneroso; o desenvolvimento de instrumentos gerenciais de suporte aos servidores que atuam na fiscalização de contratos; a aquisição de novas identidades funcionais para membros e servidores da AGU; e a contratação de licenças de novas ferramentas de *business intelligence* e de gestão, auxiliando na tomada de decisões e desenvolvimento da gestão da AGU.



REDUÇÃO DE LITIGIOSIDADE

Compromisso com a pacificação dos conflitos e a celeridade

Não é segredo que a enorme quantidade de processos tramitando nos tribunais brasileiros – mais de 80 milhões, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – representa um dos maiores desafios para a realização da Justiça no país. Mais que um ideal, encontrar modos eficazes e seguros de reduzir a litigiosidade se tornou uma necessidade urgente.

Ciente de sua responsabilidade enquanto representante judicial do Estado brasileiro, a Advocacia-Geral da União (AGU) redobrou os esforços para fazer a sua parte. Em 2017, a instituição celebrou mais de 80 mil acordos judiciais.

“A conciliação vai ao encontro da visão moderna do Estado Gerencial na medida em que traduz o cumprimento eficiente de suas finalidades. Ela constitui um mecanismo mais célere, eficaz e econômico para a solução de controvérsias. E a AGU adquire um posicionamento estratégico ao adotar tais práticas”, pontua a advogada da União Isabel Cohim, que atua como conciliadora na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da AGU.

A ênfase na conciliação é vantajosa em inúmeros aspectos: é uma forma de garantir com mais eficiência os direitos dos indivíduos e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da duração razoável do processo. Além disso, reduz os custos de adminis-

tração do Poder Judiciário e da própria AGU, que pode racionalizar a alocação da força de trabalho para outras atuações prioritárias.

“Além dos ganhos econômicos e processuais envolvidos, a busca pela conciliação fomenta o reposicionamento institucional da AGU perante a sociedade: é uma diretriz que busca atuar com eficiência e lealdade no exercício fundamental de suas funções, buscando garantir os direitos dos indivíduos e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da duração razoável do processo”, acrescenta o diretor do Departamento Eleitoral e de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral da União (PGU), Rafael Rossi do Valle.

As conciliações e acordos envolvem diversos intuitos e naturezas, indo desde a pacificação de conflitos previdenciários até a implementação e manutenção de políticas públicas, passando por questões de fiscalização ambiental e fitossanitária e a garantia e eficiência na continuidade da prestação de serviços públicos à comunidade.

No âmbito da PGU, por exemplo, foram celebrados 976 acordos judiciais. Na esfera da CCAF, por sua vez, foram celebrados 21 acordos, com um valor total negociado de R\$ 35,7 milhões.

ACESSO À JUSTIÇA

Já na PGF, foram 79.377 acordos, contabilizando pagamentos da ordem de R\$ 743,5 milhões. “Atualmente, o acesso à Justiça deve ser entendido como a oportunidade de o cidadão buscar a concretização de seus direitos quando ameaçados ou lesados. Neste sentido, a utilização de ferramentas como a conciliação viabiliza o acesso à Justiça de importante parcela da população, em especial aquela mais vulnerável. Desta forma, os quase 80 mil acordos celebrados pela PGF no ano passado refletem não só economia aos cofres públicos, mas também o imediato acesso à Justiça desta parcela da população brasileira”, avalia Daniel Barral, procurador-geral federal substituto.

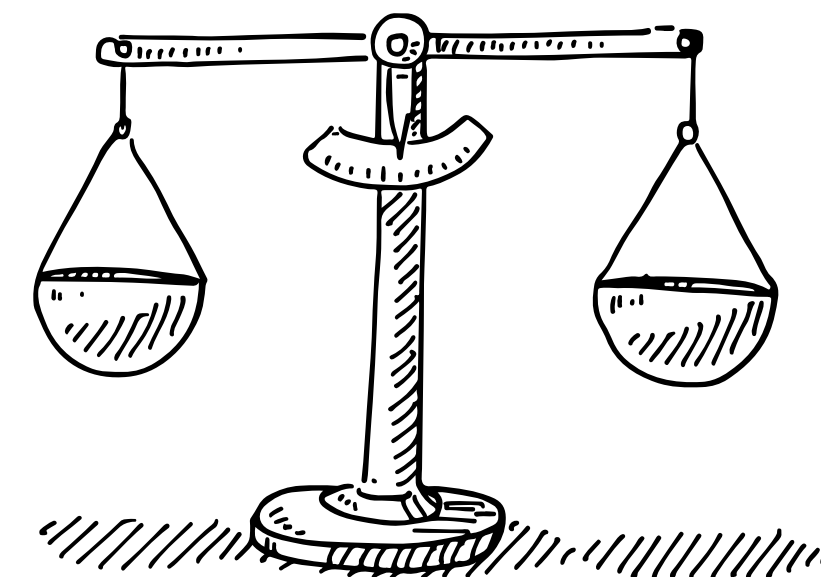
Outro exemplo dos esforços da AGU no âmbito de sua política de redução de litigiosidade é o ajuizamento de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) sobre a impossibilidade de o Judiciário reajustar vencimentos de servidores públicos e sobre a participação de médicos estrangeiros sem diploma no processo de revalidação do título no Brasil. As ações foram as primeiras do gênero propostas pela Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1) com base no novo Código de Processo Civil (CPC).

Isso sem mencionar o esforço feito pela AGU na condução das negociações entre poupadores e bancos sobre a forma de correção de aplicações adotada durante a vigência dos planos

Em 2017, a instituição celebrou mais de 80 mil acordos judiciais.

econômicos Bresser, Verão e Collor II. Homologado pelo Supremo, o acordo ao qual as partes chegaram com a ajuda da mediação da AGU deverá colocar um fim a cerca de um milhão de processos judiciais.

“A homologação do acordo premia o esforço feito pelas partes e pela Advocacia-Geral da União para que fosse encontrada uma solução que assegurasse o direito dos poupadores e, ao mesmo tempo, mantivesse a segurança jurídica e a higidez do sistema financeiro nacional. Ela é, também, o reconhecimento de que a AGU e as demais instituições fizeram a escolha certa ao optarem pela conciliação, que quando promovida com zelo, responsabilidade e lealdade, é um instrumento eficaz de promoção da Justiça e da paz social”, concluiu a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça.



ORIENTAÇÃO JURÍDICA

A administração pública nos caminhos da lei

A Constituição Federal conferiu à Advocacia-Geral da União (AGU), junto com a representação judicial e extrajudicial da União, a missão de assessorar juridicamente o Poder Executivo federal. Em 2017, a instituição desempenhou este papel fundamental de apoio estratégico aos gestores públicos auxiliando na uniformização de entendimentos e conferindo maior segurança jurídica aos procedimentos administrativos.

Somente no âmbito da Consultoria-Geral da União (CGU), órgão da Advocacia-Geral da União responsável pelo assessoramento jurídico da administração direta, foram 182 mil manifestações jurídicas consultivas e 49 mil pareceres produzidos ao longo do ano. Passaram pelas análises de consultores da União questões envolvendo R\$ 214 bilhões.

Entre os principais entendimentos consolidados está o parecer vinculante (que deve

ser observado por toda a administração pública federal) que, em respeito à proteção dada à família pela Constituição Federal, equipara os prazos da licença adotante aos prazos da licença gestante.

Também foi definido que a administração pública não deve manter, nos registros funcionais de servidor, informações sobre supostas infrações que já prescreveram e, portanto, já não podem mais ser investigadas e punidas. Outro entendimento jurídico uniformizado foi o de que o exercício do direito de greve por servidores públicos federais permite o desconto dos dias parados e o corte de ponto.

A AGU também editou parecer vinculante que estabelece, de acordo com o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, os aspectos que devem ser observados na demarcação de terras indígenas. Outro parecer considerou viável a participação de empresas

em recuperação judicial ou extrajudicial em certames e contratações com o poder público. Uma outra manifestação definiu que entidades privadas sem fins lucrativos não são obrigadas a realizar licitações com base nas regras da Lei nº 8.666/93, ainda que recebam recursos da União.

No âmbito da administração indireta, ou seja, autarquias e fundações públicas federais, a AGU criou em 2017 a Equipe Nacional de Licitações e Contratos (Enalic) da Procuradoria-Geral Federal (PGF). O objetivo da iniciativa é nacionalizar e desterritorializar a atividade de consultoria jurídica em matéria de licitações e contratos das entidades. O projeto também tem o intuito de conferir maior segurança jurídica, eficiência, padronização e uniformidade nesta atividade consultiva, fortalecendo a segurança jurídica das licitações e contratos.

Entre os principais entendimentos consolidados, está o parecer vinculante que, em respeito à proteção dada à família pela Constituição Federal, equipara os prazos da licença adotante aos prazos da licença gestante.

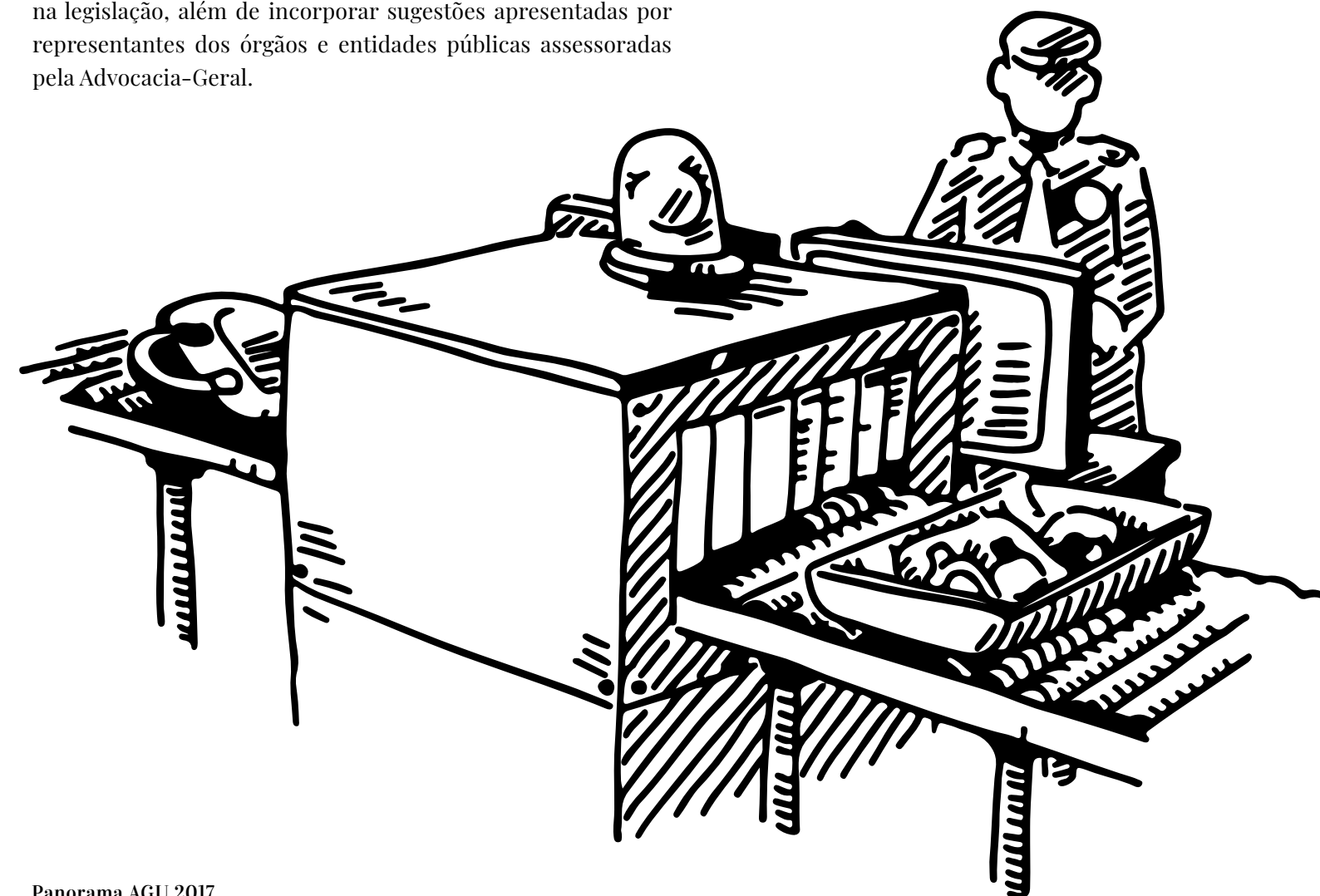
MANUAIS

A Advocacia-Geral também criou e aprimorou modelos e manuais sobre procedimentos licitatórios que são amplamente utilizados pela administração pública federal, assim como gestões estaduais e municipais. Os materiais reúnem os principais passos e comandos legais e normativos aplicáveis, atualizados com base no que há de mais recente em termos de alterações legislativas e jurisprudência dos tribunais.

Em setembro, por exemplo, a CGU lançou minutas de editais e contratos adaptados às novas regras da Instrução Normativa (IN) nº 5/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). As minutas disponibilizadas disciplinam a contratação de serviços comuns, em que deve ser adotada a modalidade pregão eletrônico, com modelos de editais para serviços contínuos e não contínuos, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo exemplos para o sistema de registro de preços.

Também foram atualizados os modelos de editais de licitações de compras e de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. O trabalho foi realizado pela Comissão Permanente de Licitações e Contratos Administrativos da AGU com o objetivo de adaptar os documentos a decisões recentes do Tribunal de Contas da União (TCU) e a mudanças na legislação, além de incorporar sugestões apresentadas por representantes dos órgãos e entidades públicas assessoradas pela Advocacia-Geral.

CGU: 182 mil manifestações jurídicas consultivas e 49 mil pareceres produzidos ao longo de 2017.



COMBATE À CORRUPÇÃO

A advocacia pública em defesa do erário

Recuperar dinheiro público que foi desviado ou utilizado indevidamente é uma das formas mais eficazes de combater a corrupção. E é por isso que a Advocacia-Geral da União (AGU) tem intensificado cada vez mais o trabalho para garantir que os cofres públicos não sejam prejudicados por irregularidades. Em 2017, a instituição consolidou seu papel de referência nesta atuação.

Ao longo do ano, a AGU atuou, por si própria ou em conjunto com outros órgãos de fiscalização e controle, na linha de frente de medidas de repressão aos ilícitos e de cobrança do ressarcimento de prejuízos.

Já são mais de R\$ 40 bilhões cobrados em diversas ações de improbidade ajuizadas contra os responsáveis pelas fraudes em licitações da Petrobras, por exemplo.

No Supremo Tribunal Federal (STF), a AGU defendeu a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) para bloquear bens de suspeitos como forma de assegurar o ressarcimento em caso de condenação definitiva.

ACORDO DE LENIÊNCIA

A AGU participou ainda, junto com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, da celebração de acordos de leniência com empresas envolvidas em corrupção – instrumentos que possibilitam não só o ressarcimento aos cofres públicos, como também o aprofundamento das investigações.

A Advocacia-Geral também atuou com o TCU para bloquear bens da JBS, para evitar que a empresa se desfizesse do seu patrimônio e futuramente não tivesse condições de reparar os prejuízos milionários que pode ter causado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No caso Banestado, a AGU obteve o bloqueio de R\$ 289 milhões em bens de 12 ex-dirigentes da instituição financeira. O montante corresponde ao valor atualizado dos tributos que deixaram de ser recolhidos com o envio ilegal do dinheiro ao exterior. Em outra linha de atuação, a AGU cobra cerca de R\$ 35 bilhões devidos às autarquias e fundações públicas federais.



FERRAMENTA ELETRÔNICA

E para localizar de forma mais ágil bens de devedores, de acusados de improbidade administrativa ou de condenados, a AGU desenvolveu uma ferramenta eletrônica: o Sistema de Auxílio à Identificação e Localização de Pessoas e Patrimônio do Laboratório de Recuperação de Ativos (Sislabra).

O sistema cruza informações e bancos de dados para identificar CPFs, CNPJs, registros de veículos, imóveis, embarcações e aeronaves, doações eleitorais, precatórios, carteiras de habilitação, vínculos empresariais, empregatícios e de parentesco.

“A AGU vem, a cada ano, aprimorando seu papel no combate à corrupção e na recuperação de ativos”, resume Pedro Vasques Soares, coordenador-geral do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria-Geral da União (PGU).

“São mais de R\$ 40 bilhões cobrados em diversas ações de improbidade ajuizadas contra os responsáveis pelas fraudes em licitações da Petrobras”.

“Essa posição estratégica do órgão pode e deve ser utilizada como o principal mecanismo da administração pública para detectar, prevenir e reprimir atos de corrupção”, acrescenta Guilherme Moreira Serra, coordenador-geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

DIREITOS SOCIAIS

Fundamental para a concretização de políticas públicas

Ação do poder público, enquanto elaborador de políticas e fornecedor de serviços, é fundamental para concretizar direitos sociais e coletivos como saúde, educação e meio ambiente, entre outros. E em 2017 a Advocacia-Geral da União (AGU) esteve mais uma vez na linha de frente da defesa jurídica de políticas públicas fundamentais para o Estado e o cidadão brasileiro.

Foi o que ocorreu, por exemplo, quando a AGU comprovou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade do Mais Médicos, programa que aprimorou o atendimento básico de saúde para 63 milhões de brasileiros, em especial dos que vivem em áreas remotas e carentes do país.

A AGU também defendeu, no STF, que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja ressarcido pelos gastos que efetuou com o atendimento de clientes de planos de saúde. Assim como obteve, ainda na Suprema Corte, o banimento de aditivos de sabor aos cigarros – substâncias que incentivam a iniciação de crianças e adolescentes no vício.

A Advocacia-Geral atuou, ainda, em defesa da segurança no trabalho, ajuizando quase cinco mil ações com o objetivo de cobrar de empresas negligentes o ressarcimento de R\$ 1,9 bilhão para os cofres do INSS – valor gasto pela autarquia previdenciária com o pagamento de auxílio-doença ou pensão por morte para vítimas de acidentes de trabalho.



Em defesa da segurança no trabalho, a AGU ajuizou quase cinco mil ações com o objetivo de cobrar de empresas negligentes o ressarcimento de R\$ 1,9 bilhão para os cofres do INSS.

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Na educação, a AGU obteve a extinção de ações que questionavam a constitucionalidade da reforma do ensino médio – conjunto de alterações normativas feitas para modernizar o sistema educacional do país. Na cultura, os advogados da União deram suporte jurídico para reformulação dos incentivos previstos na Lei Rouanet.

Na área ambiental, a Advocacia-Geral recuperou 480,9 mil hectares – área quase equivalente à do Distrito Federal – de terras públicas apropriadas indevidamente no Amazonas, além de ter derrubado questionamentos à expansão dos limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

Em outra atuação, a AGU ajuizou ação para cobrar indenização dos responsáveis por danos causados à Mata Atlântica durante a construção da Transolímpica, no Rio de Janeiro.

MINORIAS E VULNERÁVEIS

A AGU também teve papel fundamental na defesa de políticas públicas elaboradas para minorias ou grupos vulneráveis. Em 2017 a AGU obteve do STF, por exemplo, o sinal verde para cobrar de homens que matam mulheres o ressarcimento por eventuais gastos com o pagamento de pensão aos dependentes.

A Advocacia-Geral comprovou, ainda, a constitucionalidade da reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais para negros – mecanismo de inclusão de grupo historicamente excluído do serviço público e que tem como objetivo reduzir a desigualdade entre candidatos. Para aperfeiçoar esse mecanismo e evitar fraudes, a AGU também defendeu, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a possibilidade de banca organizadora verificar a veracidade declaração de candidato ao concurso que se diz negro ou pardo.

Contribuição decisiva para a retomada da economia

O Brasil conseguiu superar a pior recessão financeira de sua história em 2017. E a Advocacia-Geral da União (AGU) teve papel decisivo no processo de retomada econômica, evitando que decisões judiciais comprometessem o equilíbrio fiscal e garantindo segurança jurídica para projetos que garantiram a injeção de recursos bilionários.

Um exemplo emblemático foi o acordo assinado entre poupadores e bancos, que pôs um fim à longa disputa envolvendo a forma de correção de aplicações adotada durante a vigência dos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

Sob mediação da AGU e supervisão do Banco Central do Brasil (BCB), as partes celebraram o maior acordo judicial da história, que deve encerrar mais de um milhão de processos atualmente em tramitação no Judiciário e injetar R\$ 12 bilhões na economia em 2018.

“O legislador constituinte originário atribuiu à AGU essa missão, de não só representar judicial e extrajudicialmente a União, como também de assessorar o Poder Executivo. E é no cumprimento desta missão que a AGU procura atuar com toda eficiência, em especial na área econômica, tão crucial neste momento. Este é o esforço da instituição”, explica a advogada-geral da União.

Na questão da Previdência, a AGU assegurou no STF a veiculação de campanha publicitária que esclarece a proposta do governo para alteração das regras de aposentadoria – mudança considerada vital para reequilíbrio das contas públicas e garantir o pagamento futuro dos benefícios.

A AGU ainda conseguiu derrubar liminares que tentavam impedir a entrada em vigor da emenda constitucional que criou um teto para o aumento dos gastos públicos – outra medida fundamental para o equilíbrio fiscal.

Um exemplo emblemático foi o acordo assinado entre poupadores e bancos que pôs um fim a longa disputa envolvendo a forma de correção de aplicações adotada durante a vigência dos planos Bresser, Verão e Collor 2.

INFRAESTRUTURA

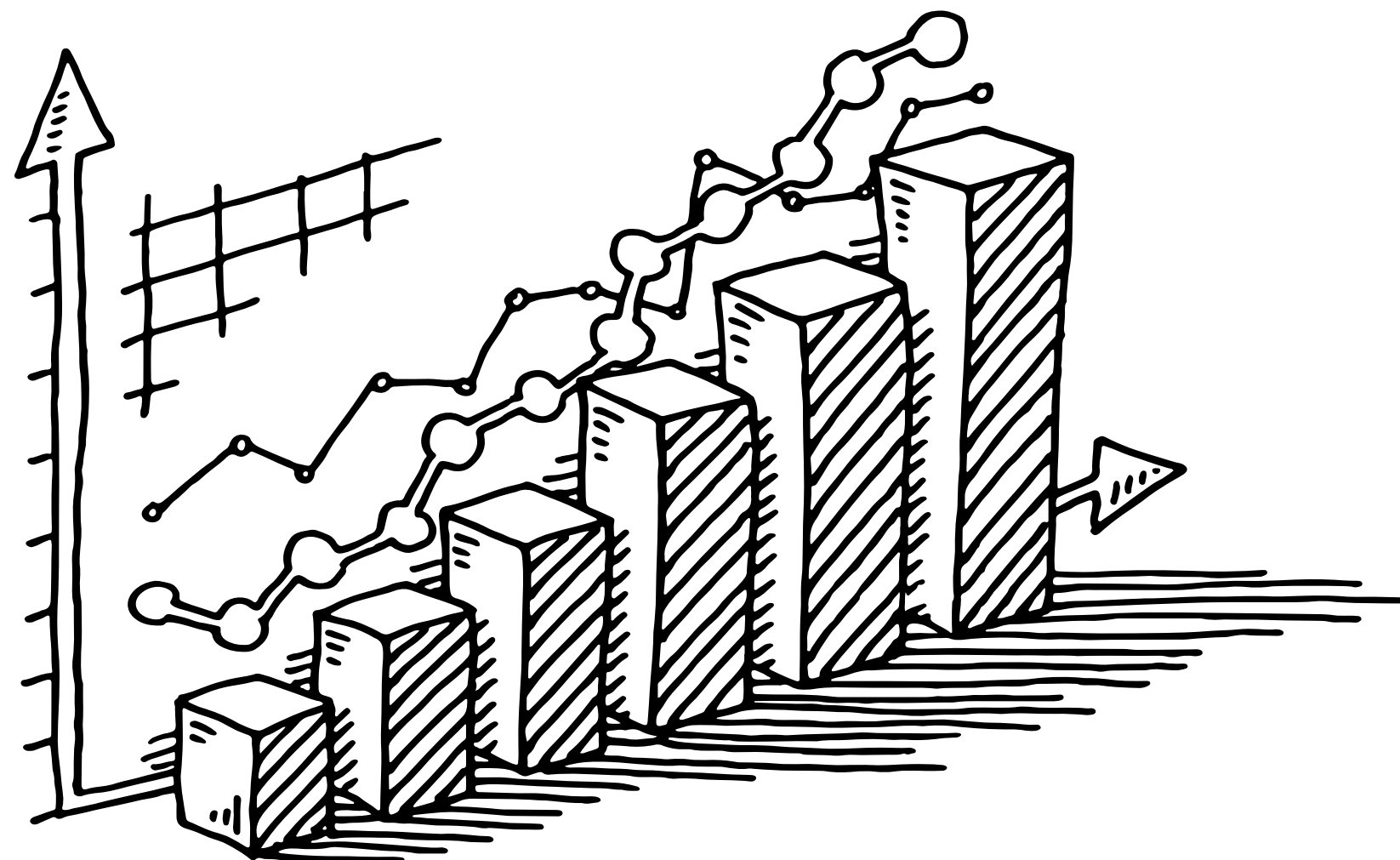
Na área da infraestrutura, a AGU assegurou na Justiça a realização de leilões para a concessão de aeroportos, usinas hidrelétricas e de áreas para exploração de petróleo.

Somadas, essas concessões deverão garantir investimentos e arrecadação de royalties da ordem de R\$ 30,7 bilhões nos próximos anos.

A AGU também conseguiu suspender na Justiça decisão que havia paralisado obras de um dos trechos de transposição do Rio São Francisco, empreendimento fundamental para garantir o abastecimento hídrico do semiárido brasileiro. E teve papel central no Rio de Janeiro, um dos estados mais atingidos pela recessão econômica, dando o aval para o plano de recuperação do estado.

A instituição demonstrou no STF que a contribuição social a cargo do empregador incide sobre os ganhos habituais do empregado, anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 20/98. O entendimento evitou um impacto de R\$ 280 bilhões aos cofres públicos.

A Advocacia-Geral participou, ainda, da elaboração e da implantação do Programa de Regularização de Débitos, que criou novas condições mais acessíveis para que devedores de autarquias e fundações públicas federais possam quitar seus débitos. A expectativa é de que cerca de R\$ 1,5 bilhão possa ser arrecadado por meio do programa.



INFORMAÇÕES SETORIAIS

AGU

ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO

Dentre as atribuições da advogada-geral da União está a de representar a União junto ao Supremo Tribunal Federal, defender, nas ações diretas de inconstitucionalidade, a norma legal ou ato normativo, objeto de impugnação, apresentar as informações a serem prestadas pelo Presidente da República, relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão presidencial.

PLANOS ECONÔMICOS

Sob mediação da AGU e supervisão do Banco Central do Brasil, poupadores e bancos assinaram o maior acordo judicial da história, que deve encerrar mais de um milhão de processos judiciais no caso. O documento põe fim à disputa envolvendo a correção de aplicações na poupança durante a entrada em vigor dos planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

RECUPERAÇÃO FISCAL

Viabilizou, por meio de pareceres, a adesão dos estados ao novo regime de recuperação fiscal.

DIREITO DA MULHER

AGU e CNMP assinaram acordo de cooperação técnica para o compartilhamento de dados do Cadastro Nacional de Violência Doméstica. A iniciativa busca impedir que assassinos de mulheres sejam beneficiados pelo INSS.

GESTÃO DE PESSOAS

A advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, e o ministro de Estado do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, assinaram portaria interministerial que facilitará a cessão de servidores com exercício em procuradorias do Instituto Nacional do Seguro Social.

CONDUTAS VEDADAS

Termo de cooperação entre AGU e TSE prevê aprimoramento técnico e científico de agentes públicos e a sociedade civil em âmbito nacional. A primeira iniciativa será o oferecimento do curso “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Eleições”.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Durante evento em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, a ministra defendeu que a atuação é uma política de Estado que requer articulação entre instituições.

GOVERNANÇA

Intituiu, por meio de portaria, Sistema de Governança Corporativa (SGC) para o aperfeiçoamento da gestão interna, com foco em capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência. O objetivo é alinhar a AGU com a Política de Governança da Administração Pública Federal direta, indireta e autárquica.

DIA DO ADVOGADO

Decreto presidencial reconhece como data oficial o dia do advogado, comemorado em 11 de agosto. A data foi declarada ponto facultativo para membros e servidores da instituição.

REDUÇÃO DE LITÍGIOS

AGU e estados assinam termos para diminuir litígio entre entes e ampliar cooperação. O documento foi assinado pela advogada-geral da União e por representantes das 27 procuradorias do Estado.

RECONHECIMENTO

Servidores e membros da AGU receberam da advogada-geral Premiação pelo Desempenho Funcional de Excelência.

SINERGIA

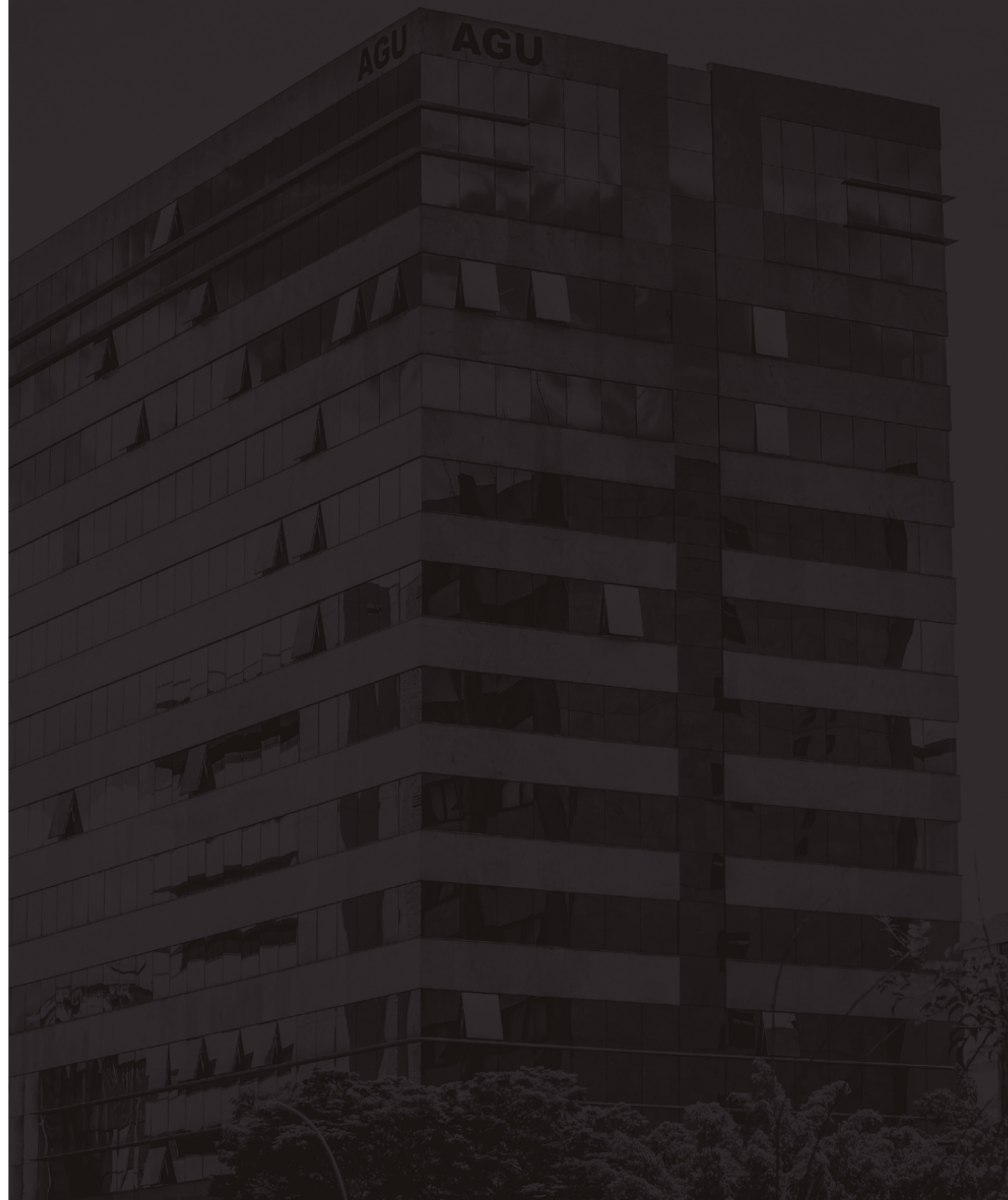
O projeto-piloto tem como objetivo integrar ainda mais os órgãos regionais da Advocacia-Geral, contribuindo para que eles compartilhem informações e experiências e atuem de maneira mais uniforme e eficiente em defesa do Estado brasileiro, do interesse público e da sociedade.

NOVOS MEMBROS

Ministra obteve autorização do Ministério do Planejamento para nomear 71 novos membros das carreiras jurídicas da instituição.

INCLUSÃO

Portaria cria política de inclusão de membros e servidores com deficiência ou mobilidade reduzida. A norma estabelece a promoção de ações voltadas para reduzir obstáculos nos prédios.



GAB

GABINETE

Compete ao gabinete assistir à advogada-geral da União na representação política e social; preparar despachos e expedientes a serem submetidos ao AGU; Acompanhar o andamento de projetos de interesse da Instituição; atender às consultas e aos requerimentos formulados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário; Ocupar-se das relações Públicas da AGU; publicar matérias institucionais no Diário Oficial da União; Coordenar e supervisionar as atividades do cerimonial; coordenar a distribuição e triagem de documentos submetidos ao AGU.

REUNIÕES INTERNAS

Participação em 196 reuniões com órgãos e dirigentes da AGU para discutir assuntos institucionais.

DOCUMENTOS

Mais de 2 mil documentos assinados pela advogada-geral em 2017, como portarias, avisos, despachos, pareceres e outros.

SAPIENS

Movimentação de 17,5 mil documentos via Sapiens. Do total, 8,5 mil expedidos e 9 mil recebidos.

REUNIÕES EXTERNAS

130 reuniões externas em ministérios, tribunais e com parlamentares além de 14 na Presidência da República.

PARECERES

Acompanhamento de processos referentes a três pareceres da AGU, a exemplo do documento que reconheceu a possibilidade de recuperação fiscal do estado do Rio de Janeiro.

334

AUDIÊNCIAS
NO GABINETE

158

CONSULTAS PARA
NOMEAÇÃO

PGU

PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

Órgão da AGU que representa judicialmente a União perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Superior Tribunal Militar (STM), a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e respectivas instâncias inferiores. A PGU também assiste juridicamente a República Federativa do Brasil em conflitos perante tribunais internacionais e estrangeiros, exceto no âmbito tributário e fiscal.

TRABALHO ESCRAVO

Demonstrado que ação de combate ao trabalho escravo realizada na região Oeste do Mato Grosso é legal e não gera danos morais a fazendeiro, que cobrava R\$ 30 milhões na Justiça.

PETROBRAS

Assegurado o ingresso de mais de R\$ 4 bilhões nos cofres da Petrobras com a demonstração da legalidade da venda de participações da empresa nos campos de Carcará, Iara e Lapa, na bacia de Santos.

FUNDEF

Decisão obtida contra centenas de execuções movidas por municípios que pleiteiam receber recursos adicionais do Fundef evitou que a União fosse obrigada a repassar indevidamente cerca de R\$ 90 bilhões.

PROPINODUTO

US\$ 3,4 milhões bloqueados na Suíça. O valor foi desviado por envolvidos no esquema de evasão de divisas e lavagem de dinheiro conhecido como “propinoduto”.

TRANSOLÍMPICA

AGU cobra uma indenização de R\$ 152 milhões dos responsáveis por danos ambientais causados à Mata Atlântica durante a construção da rodovia Transolímpica, no Rio de Janeiro.

LAVA JATO

Cobrada a restituição de mais R\$ 11 bilhões aos cofres públicos pelos danos decorrentes das irregularidades investigadas na operação.

IMPROBIDADE

Recuperados R\$ 6 milhões desviados de programa de inclusão digital do Ministério das Comunicações. Bens das empresas e pessoas envolvidas nas irregularidades foram bloqueados na Justiça Federal de Cascavel (PR).

TECNOLOGIA

Implantado Sistema de Auxílio à Identificação e Localização de Pessoas e Patrimônio do Laboratório de Recuperação de Ativos, que permite cruzar bases de dados para identificar bens de devedores da União.

ADICIONAL DE FRONTEIRA

Suspensa a tramitação de mais de 1,5 mil ações judiciais em todo o país em que servidores públicos pleiteiam o pagamento do adicional de fronteira, apesar do pagamento não ser regulamentado.

FUNDEB

Assegurados repasses federais aos municípios por meio do Fundeb. A mudança causaria um rombo estimado em mais de R\$ 270 bilhões aos cofres da União.

CEMIG

Trabalho da AGU garantiu o leilão das usinas exploradas pela Cemig em valor estimado em R\$ 12,13 bilhões.

SUS

R\$ 565 milhões economizados em processo de execução movido pela Federação Brasileira de Hospitais (FBH) relativo à correção da tabela do SUS.

AUMENTO INDEVIDO

Economizado R\$ 1,3 bilhão ao impedir a concessão do aumento de 13,23% pedido por servidores públicos federais do Poder Judiciário.

ÁREA PÚBLICA

Confirmado que domínio da União sobre bens públicos é imprescritível. A tese afastou um pedido de usucapião de uma área de 4 milhões de metros quadrados no Rio Grande do Sul.

SUCROALCOOLEIRAS

Afastado pagamento indevido de R\$ 1 bilhão em indenização à empresas do setor sucroalcooleiro que alegavam prejuízos pela política de fixação de preços adotada pelo governo no início da década de 1990.

R\$ 371,8 BILHÕES
ECONOMIZADOS

R\$ 131 MILHÕES
ARRECADADOS

976 ACORDOS JUDICIAIS
REALIZADOS GRANTIRAM
ECONOMIA DE R\$ 1,12 BILHÃO

EXPECTATIVA DE
RESSARCIMENTO DE
MAIS DE R\$ 15 BILHÕES
EM AÇÕES REGRESSIVAS

INVESTIMENTO GARANTIDO
R\$ 11,1 BILHÕES

Responsável pelo assessoramento jurídico e pela defesa judicial e extrajudicial das 159 autarquias e fundações públicas federais, como INSS, IBAMA, INCRA, CVM, CADE, Agências Reguladoras, Institutos e Universidades Federais, distribuídas em 222 municípios. Também realiza a inscrição em dívida ativa dos órgãos assessorados.

RESSARCIMENTO

AGU busca ressarcimento de R\$ 1,08 bilhão em 269 ações de improbidade administrativa e 24 ações cautelares de arresto bens provenientes de acórdão do TCU. Além de bloquear cerca de R\$ 170 milhões em 67 liminares.

ENEM

Cronograma do Exame Nacional do Ensino Médio foi mantido pela AGU que garantiu a realização da prova por mais de 6 milhões estudantes brasileiros.

GÁS E PETRÓLEO

Garantida a realização de licitação da 14ª Rodada da ANP, que marcou a retomada do setor de petróleo e gás no Brasil. O maior bônus de assinatura total da história registrado, no valor de R\$ 3,8 bilhões, foi registrado no leilão.

COMUNIDADE INDÍGENA

Reintegração de posse de terreno permitiu a permanência da comunidade Indígena Tapeba no Município de Caucaia (CE).

PÓS-GRADUAÇÃO

Universidades públicas podem efetuar a cobrança de mensalidades em cursos de especialização. Segundo atuação da AGU, o valor beneficia serviços à sociedade e à instituição.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Agressores de mulheres devem ressarcir gastos de benefícios pagos pelo INSS aos dependentes da vítima. AGU espera obter R\$ 3 milhões em 14 ações sobre o tema.

REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS

Ajuizadas 4.954 ações que buscam ressarcimento de valores gastos pelo INSS em auxílio doença ou pensão por morte a funcionários acidentados por negligência das empresas. A expectativa de ressarcimento é de R\$ 1,9 bilhão.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Confirmada a validade de certificação de produtos e serviços feita por organismo privado credenciado pelo Inmetro

PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ 3,17 bilhões economizados pelas Equipes de Trabalho Remoto em Benefícios por Incapacidade em 176 mil sentenças favoráveis, além de outros 40 mil acordos celebrados.

HIDRELÉTRICAS

Concessão das Usinas Hidrelétricas de São Simão e de Miranda permitiram a entrada de R\$ 10 bilhões nos cofres públicos decorrente de “bônus de outorga”.

AEROPORTOS

Concessão de quatro aeroportos (Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre) foram assegurados judicialmente. A expectativa é de mais de R\$ 6 bilhões em investimentos e arrecadação de mais de R\$ 3 bilhões.

CEMIG

Atuação da AGU manteve o Leilão das usinas exploradas pela Cemig em valor estimado em R\$ 12,13 bilhões.

MAIS DE **1 MILHÃO**
DE NOVAS AÇÕES

MAIS DE
214 MILHÕES
DE CRÉDITOS PROTESTADOS
(aumento de mais de **200%**
em comparação com 2016)

MAIS DE **105 MIL**
INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

MAIS DE **10 BILHÕES**
EM EXECUÇÕES FISCAIS
(aumento de mais de **500%**
em comparação com 2016)

R\$ 3,15 BILHÕES
ARRECADADOS

R\$ 7,18 BILHÕES
ECONOMIZADOS

INVESTIMENTO GARANTIDO
R\$ 29,79 BILHÕES

PGFN

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Subordinada administrativamente ao Ministério da Fazenda e tecnicamente à AGU, representa a União em causas fiscais, na cobrança judicial e administrativa dos créditos tributários e não-tributários e no assessoramento e consultoria jurídica no âmbito do Ministério da Fazenda.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Recuperação de R\$ 26,1 bilhões em favor da União e do FGTS. A quantia representa um aumento de 475,4% em relação a 2016 gerado por novas estratégias de cobranças e programas de incentivo a regularização de débitos.

COMBATE À FRAUDE FISCAL

Grupo de Operações Especiais de Combate à Fraude Fiscal Estrutural (GOEFF) participou de 9 operações de grande porte envolvendo mais de R\$ 8,7 bilhões em créditos sonegados.

UNIFORMIZAÇÃO

Disponibilizadas aos órgãos fazendários 50 minutas padrão para licitações e contratos.

PERDAS EVITADAS

Atuação nos tribunais superiores e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais evitou perdas de R\$ 639 bilhões

CONSULTORIA FINANCEIRA EXTERNA

Participação na emissão de títulos da dívida externa da República Brasileira (US\$ 4 bilhões).

INTERNACIONAL

Participação nas Rodadas de Negociação dos Acordos Internacionais em matéria previdenciária com a Suécia, Índia e República Tcheca

RECUPERAÇÃO FORÇADA

R\$ 5,2 bilhões recuperados por meio de ação de execução forçada.

RATING DA DÍVIDA ATIVA

Mais de 15 milhões de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS foram classificados, mediante utilização de ferramentas de Big Data.

VOLVO

Lei pode delegar ao Ministro da Fazenda a alteração da alíquota de uma taxa. A tese apresentada pela PGFN e aceita pelo STJ representa o montante de R\$ 3 bilhões.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Comprovado que contribuição social a cargo do empregador incide sobre os ganhos habituais do empregado, quer anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional n.º 20/98. A atuação teve impacto econômico de R\$ 280 bilhões.

MAIS DE R\$ 2 TRILHÕES
INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

MAIS DE R\$ 45 BILHÕES
DE DÉBITOS PROTESTADOS

R\$ 609 BILHÕES
ECONOMIZADOS

R\$ 26,1 BILHÕES
ARRECADADOS

PGBC

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL

Unidade integrada administrativamente ao Banco Central e subordinada diretamente ao ministro de Estado presidente da instituição. Seu papel, em relação ao Banco Central, abrange representação judicial e extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídicos, apuração da liquidez e certeza de créditos para efeito de inscrição em dívida ativa e cobrança, além do controle interno da legalidade. É também órgão vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), sujeito à supervisão técnica do Advogado-Geral da União.

AGENDA BC+

Análise jurídica de medidas legislativas relacionadas à implementação da agenda positiva do Banco Central, que estabelece, entre outras coisas, regime de resolução aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo BC e aprimoramento da relação com o Tesouro Nacional.

MERCADO MARGINAL

Ajuizamento inédito de Ação Civil Pública, em conjunto com o Ministério Público Federal, para impedir a atuação de empresas no mercado marginal de consórcio.

OCDE

Exame da documentação relacionada à adesão do Brasil como membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

CÉDULAS DO REAL

Demonstrada no TRF3 a constitucionalidade da expressão “Deus seja Louvado” nas cédulas do Real.

ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA

Interpretação da aplicação dos comandos da Lei nº 13.303/2016, que disciplina o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias ao universo de instituições financeiras públicas, federais e não federais.

CCR

Análise jurídica da revisão do marco legal do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), mecanismo multilateral de compensação de pagamentos para incrementar o comércio entre países signatários.

CONSIGNADO

Análise de conjunto de propostas de comunicação de irregularidades verificadas em diversas operações de empréstimo consignado de servidores públicos e empregados em diferentes unidades da federação, decorrentes da ausência de repasse, por entes públicos, de valores descontados em folha de pagamento mediante consignação.

TCU

Reversão da condenação a servidores do BC no âmbito do TCU, mediante pedido de reexame do processo relacionado à construção do novo edifício do Banco Central no Rio de Janeiro.

FSAP

Participação da PGBC em diversas etapas do Financial Sector Assessment Program (FSAP) de 2017, que se constituiu em uma avaliação do sistema financeiro, periodicamente realizada pelo Fundo Monetário Nacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

PROCESSO SANCIONADOR

Acompanhamento do processo de edição do novo marco legal referente ao processo administrativo sancionador no âmbito do BC e, posteriormente, assessoramento jurídico das áreas técnicas quanto à regulamentação interna da matéria.

MAIS DE
79%
DE AÇÕES FAVORÁVEIS

MAIS DE **880 MIL**
RECEBIDOS EM DÍVIDA ATIVA

853 PARECERES
EMITIDOS

MAIS DE
R\$ 3,6 BILHÕES
ARRECADADOS

MAIS DE
R\$ 576 MILHÕES
ECONOMIZADOS JUDICIAMENTE

SGCT

SECRETARIA-GERAL DE CONTENCIOSO

É o órgão responsável por coordenar a atuação da AGU perante o Supremo Tribunal Federal, na representação judicial da União no que se refere aos processos de controle concentrado, difuso de constitucionalidade e de competência originária, bem como na representação judicial dos Ministros de Estado e do Presidente da República, ressalvadas as informações deste último em Mandados de Segurança e Injunção. Ao órgão cabe, ainda, o assessoramento à Advogada-Geral da União na edição de enunciados de Súmulas e Instruções Normativas da AGU.

ENERGIA ELÉTRICA

Defendido que a redefinição dos limites de unidades de conservação na Amazônia para garantir fornecimento de energia elétrica para a população pode ser feita por medida provisória.

CIGARROS

Demonstrada a autoridade da Anvisa para editar normas limitando o uso de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros e restringindo o uso de aditivos nos produtos fumígenos derivados do tabaco.

ENSINO RELIGIOSO

Confirmado que o ensino religioso em escolas públicas pode ter natureza confessional, ou seja, professores podem ministrar aulas sobre a doutrina que seguem.

FUNDOS DE EDUCAÇÃO

Obtida a revogação das liminares que impediam a realização do ajuste anual do Fundeb nos estados do Ceará, Paraíba e Maranhão.

COTAS RACIAIS

Confirmado que 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos devem ser reservadas para negros, conforme estabelecido na Lei nº 12.990/2014.

TERRAS INDÍGENAS

Áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas pertencem à União e não podem ser consideradas devolutas ao estado do Mato Grosso. Foi o que a AGU comprovou ao derrubar pedido de indenização do estado no valor de R\$ 2 bilhões.

MAIS MÉDICOS

Constitucionalidade do programa que minimiza a carência de serviços médicos em várias regiões do país foi reconhecida pelo Supremo.

SEGURANÇA ESPACIAL

Defendido, no STF, o Sistema de Prevenção de Acidentes, que tem como objetivo reduzir a possibilidade de ocorrência de tragédias.

GREVE POLICIAL

É vedado aos servidores que atuam diretamente na área de segurança pública realizarem greve. O entendimento apresentado pela AGU e acatado pelo STF é de que a paralisação prejudica a manutenção da ordem pública.

TERCEIRIZAÇÃO

Confirmado no STF que dívidas trabalhistas de empresas terceirizadas contratadas pelo setor público não devem ser transferidas para a União, exceto em caso de ausência de fiscalização do contrato.

NORMAS AUDIOVISUAIS

Comprovada autonomia da Ancine para estabelecer restrições nos setores de telecomunicações e de radiodifusão, como limitar o capital estrangeiro e a obrigatoriedade de veiculação mínima de conteúdo nacional.

14 MIL
INTIMAÇÕES
RECEBIDAS

205
MEMÓRIAS
ELABORADAS

1.118
RECURSOS
ELABORADOS

1.589 PETIÇÕES DIVERSAS
ELABORADAS

393 AÇÕES AJUIZADAS

243 MANIFESTAÇÕES EM CONTROLE
CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

17 ORIENTAÇÕES
EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL

R\$ 70,36 BILHÕES
ECONOMIZADOS

INVESTIMENTO GARANTIDO
R\$ 12,13 BILHÕES

CGU

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

Órgão de Direção Superior da AGU que colabora com o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico ao Presidente da República, além de prestar assessoria e consultoria jurídicas à Administração Federal Direta, em Brasília, junto aos Ministérios e às Secretarias da Presidência da República, por meio das Consultorias e Assessorias Jurídicas, e ainda aos Órgãos da Administração Direta situados nos Estados, por intermédio das Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

LICENÇA ADOTANTE

Assinado parecer vinculante que equipara os prazos da licença adotante aos prazos da licença da mãe gestante na Administração Pública Federal.

ABORTO

Gestação não pode ser interrompida até 12 semanas por decisão judicial e contrariando as penalidades previstas no Código Penal, exceto nas questões já previstas em lei, que são os casos de estupro, risco de morte e anencefalia segundo informações presidenciais produzidas pela AGU.

SERVIDOR PÚBLICO

Definido que a administração pública não deve manter, nos registros funcionais de servidor, informações sobre supostas infrações que já prescreveram e que, portanto, não poderiam mais ser punidas caso fosse verificado, em processo administrativo disciplinar que elas realmente foram praticadas.

ROYALTIES

Parecer vinculante reconhece legalidade da Portaria 206/2000 da ANP quanto à definição dos critérios de cálculo do preço mínimo do petróleo, para efeito de royalties e participação especial. O normativo também trata de participações especiais na sociedade jurídica.

RESERVAS INDÍGENAS

Editado parecer vinculante que estabelece, de acordo com o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, as salvaguardas institucionais para a demarcação de terras indígenas.

SIGILO TELEFÔNICO

Atuação confere segurança jurídica a projeto de lei que regulamenta a quebra do sigilo telefônico para o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, de modo a permitir a localização da vítima e suspeito do delito Telecomunicações.

ABANDONO DE TRABALHO

Definido, por meio de parecer vinculante, que a infração de abandono de cargo público é conduta de caráter permanente e o prazo de prescrição tem como termo inicial o dia em que cessa a permanência.

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Uniformizada interpretação jurídica que beneficia a participação em licitações de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas.

LICITAÇÕES

Parecer viabiliza que empresas em recuperação judicial ou extrajudicial participem de certames e contratem com a Administração.

GREVE

Uniformizado o entendimento jurídico de que o exercício do direito de greve por servidores públicos federais permite o desconto dos dias parados e o corte de ponto.

MAIS DE
1 MILHÃO
DE NOVAS AÇÕES

CERCA DE **182 MIL**
MANIFESTAÇÕES CONSULTIVAS

172 INFORMAÇÕES
PRESIDENCIAIS

R\$ 100 MILHÕES
ECONOMIZADOS

PROCESSOS CONSULTIVOS
ANALIZADOS NO VALOR DE
R\$ 214,25 BILHÕES

CGAU

CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO

Fiscaliza as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correições nos órgãos integrantes da Instituição para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de controle preventiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

ASSESSORAMENTO AOS PADS

Instauração de correições nas Consultorias Jurídicas nos Ministérios, com foco específico no exame de pareceres de assessoramento ao julgamento dos Processos Administrativos Disciplinares em curso nas pastas.

TECNOLOGIA

Especificação e testes do módulo correicional do Sistema Sapiens de forma a atender as especificidades das atividades disciplinar e correicional.

PENALIDADES

Aplicadas 3 demissões, 3 suspensões e uma advertência. Cinco processos foram arquivados em 2017.

DISCIPLINA

Instaurados 17 processos administrativos disciplinares e acompanhamento de outros 46 em andamento.

GESTÃO

Participação em Colegiados, Grupos de Trabalhos, Núcleos e Programas do Planejamento Estratégico da AGU 2016-2019

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Aprovado o estágio confirmatório de 494 advogados públicos, sendo 261 advogados da União e 233 Procuradores da Fazenda Nacional. Também foram emitidos 13 pareceres com orientações e esclarecimento de dúvidas sobre o procedimento.

REDUÇÃO DE LITIGIOSIDADE

Realização de correições temáticas com foco na redução de litigiosidade, observando orientações existentes de não interposição de recursos em questões jurídicas pacificadas nas Cortes Superiores.

16 PARECERES
PARA SUBSIDIAR PADS

6 RECURSOS ADMINISTRATIVOS
EM MATÉRIA DISCIPLINAR

194 CORREIÇÕES
REALIZADAS

7 PROCESSOS PARA PROMOVER
DEFESA DA UNIÃO EM JUÍZO

INSTAURADAS **89** CERTIFICAÇÕES
CORREICIONAIS PRELIMINARES,
OBJETO DE DENÚNCIAS,
REPRESENTAÇÕES ESPECIAIS
E CORREIÇÕES ESPECIAIS



SGCS

SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA

O Secretário-Geral de Consultoria é o substituto da advogada-geral da União. Responsável por supervisionar e coordenar a articulação entre os órgãos de direção superior, de execução e vinculados à AGU, assim como destes com os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assiste a advogada-geral da União quanto aos assuntos internos da Instituição, além de prestar a ela e à Secretaria-Geral de Administração (SGA), por meio do Departamento de Assuntos Jurídicos Internos (DAJI), assessoramento jurídico, ressalvada a competência específica da Consultoria-Geral da União. No assessoramento jurídico da SGA, cabe ao DAJI examinar, prévia e conclusivamente, minutas de edital de licitação e dos respectivos contratos e termos aditivos, bem como os atos de reconhecimento de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

COLABORAÇÃO

Edição de normativo conjunto com a Consultoria-Geral da União para atender demanda de incremento de volume de trabalho na Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço.

RECONHECIMENTO

Publicado elogio aos serviços prestados pelos advogados da União pelo desempenho na 3ª Geração do Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União na Procuradoria-Geral da União.

ACESSIBILIDADE

Implementação de vaga destinada para uso exclusivo de gestante no prédio principal em Brasília/DF. A ação faz parte do programa de equidade de gênero e raça na instituição.

718 PARECERES
EMITIDOS PELO DAJI

PRODUZIDOS OUTROS
176 DOCUMENTOS,
SENDO 103 NOTAS, 56 COTAS E 17 INFORMAÇÕES

SGA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Administra, planeja, coordena, supervisiona e executa as atividades relacionadas com os sistemas de planejamento e orçamento federal, administração financeira, contabilidade e custos, recursos humanos, serviços gerais, modernização administrativa, documentação e arquivos no âmbito da AGU, exercendo a função de órgão setorial dos sistemas estruturadores e estruturantes da Administração Pública Federal. Também tem competência de instaurar processos administrativos disciplinares dos servidores técnico-administrativos

CONTENÇÃO DE GASTOS

Elaborada a Portaria 409, que estabelece o compartilhamento de prédios e serviços das unidades da AGU no Brasil com o objetivo de economizar recursos financeiros sem prejudicar o desempenho das atividades.

PAPAI NOEL

Campanha de adoção de cartinhas de Natal enviadas pelos filhos de terceirizados garantiu a arrecadação e a entrega de 360 presentes em festa com Papai Noel.

ECONOMIA

Negociação com a Microsoft para aquisição de novas licenças e desenvolvimento do portal da Advocacia-Geral garantiu economia superior a R\$ 3 milhões.

E-CARTA

Nova modalidade do SAPIENS chamada e-carta permitirá o envio de notificação para órgãos externos e para particulares que não utilizam o SAPIENS.

EQUIPAMENTOS

Adquiridos 4.825 computadores e 500 notebooks, totalizando 5.325 máquinas, a maior aquisição dos últimos 7 anos. Também foram comprados 197 scanners profissionais para uso, prioritário, nas Centrais de Digitalização.

CONCURSO

Solicitada a liberação de concurso para provimento de 1.345 vagas de cargos administrativos para a Advocacia-Geral da União. A previsão é que o Ministério do Planejamento autorize a contratação de 100 profissionais.

FERRAMENTAS DE TRABALHO

A partir de contrato firmado com a Microsoft em outubro de 2017, a DTI disponibilizou, para todos os usuários da AGU, diversas soluções em ferramentas de produtividade, tais como Teams, Planner, PowerBI, OneDrive, PowerApps, Sway, dentre outros.

REPOSIÇÃO AO ERÁRIO

Recuperado o montante de R\$ 668 mil para os cofres da União como restituição de valores percebidos indevidamente por servidores. Outros R\$ 423 mil inscritos em dívida ativa.

SEMANA DO SERVIDOR

AGU Mais Vida promoveu uma série de ações para homenagear os servidores e membros, incluindo a entrega do prêmio por desempenho funcional em Brasília, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

A SGA apoiou a realização de campanhas como Abril Verde (prevenção de segurança no trabalho), Maio Amarelo (conscientização no trânsito), Outubro Rosa (prevenção do Câncer de Mama) e Novembro Azul (prevenção do câncer de próstata).

MAIS DE
24 MIL
FOLHAS DIGITALIZADAS EM BRASÍLIA

REDUZIDOS **818** TRECHOS DE MALOTE
GERANDO ECONOMIA DE
R\$ 80 MIL

ANALISADAS **10 MIL** PROPOSTAS DE
CONCESSÕES DE DIÁRIAS E PASSAGENS

MAIS DE
R\$ 15 MIL
CORRESPONDÊNCIAS
ENCAMINHADAS

**40 VERIFICAÇÕES
PRELIMINARES,
SINDICÂNCIAS E PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES**

EAGU

ESCOLA DA AGU

Centro de captação, produção e disseminação do conhecimento. Promove a atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores e membros das carreiras jurídicas da AGU e órgãos vinculados.

DESIGN/COMUNICAÇÃO

Publicados 266 Escola informa, 320 notícias no site, 308 artes gráficas diversas e todos os eventos foram publicados no Instagram Oficial da EAGU.

INTERNACIONAL

Realizadas parcerias com instituições de ensino nos Estados Unidos, Itália, Espanha e Lisboa para capacitação de advogados e procuradores da AGU.

PARCERIAS

Centro de estudos da PGFN, Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Tribunal Regional Eleitoral realizaram parcerias com a Escola da AGU para capacitação mútua de servidores.

BIBLIOTECA

Renovada a base virtual, publicado novo regulamento, atualizada e publicada a Política de Desenvolvimento de Coleções.

PUBLICAÇÕES DA EAGU

Publicadas 4 edições da Revista da AGU e 4 edições das Publicações da EAGU, com tiragem de 1.500 e 1.000 exemplares, respectivamente.

CRENCIAMENTO DE INSTRUTORES

Registrados 37 instrutores no Banco da EAGU em diversas áreas do Direito e de Gestão.

CRENCIAMENTO DO MEC

Realizada a visita técnica do Ministério da Educação para o Credenciamento da Escola da AGU junto à instituição. Aguardando relatório final e parecer do INEP.

SEMINÁRIOS

Realizados seminários com temas na área de saúde, patrimônio, consultoria, controle, combate à violência de gênero, proteção dos direitos humanos e questões fiscais, economia e corrupção.

CONVÊNIO

Nos estados, celebradas parcerias com o Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência de Minas Gerais, o Comando Militar do Sul e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, localizado no Rio Grande do Sul; além da Associação de Ensino Superior Professor Daltro no Rio de Janeiro.

CURSOS

Promovidos cursos no decorrer do ano visando a capacitação e atualização de advogados e servidores da AGU sobre temas como licitações e contratos, licenciamento ambiental, projeto de pesquisa de mestrado e doutorado, aplicação do novo CPC, procedimentos preliminares da CGA e resolução pacífica de conflitos, entre outros.

213 EVENTOS DE
CAPACITAÇÃO

27.892
HORAS AULA
REALIZADAS

10.536
VAGAS OFERTADAS

5.862
PESSOAS
CAPACITADAS

OAGU

OUVIDORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Órgão da AGU responsável pela comunicação entre a sociedade e a Advocacia-Geral da União. Recebe reclamações, críticas, sugestões, elogios e denúncias de cidadãos, servidores, e de outras instituições. A Ouvidoria proporciona a visão que a sociedade tem da Advocacia-Geral e direciona as demandas recebidas para as unidades responsáveis, o que permite aprimorar o trabalho da AGU.

SOLUCIONADAS

91% das demandas recebidas pela Ouvidoria da Advocacia-Geral foram solucionadas em 2017.

UNIDADE NOTA 10

Criação de projeto que prevê a revisão das demandas atrasadas das unidades da AGU por meio de reuniões ou envio de e-mail.

TEMAS

Andamento processual, informações sobre cumprimento de decisões, consulta de pareceres, súmulas e normas foram os principais assuntos solicitados na Ouvidoria no decorrer do ano.

INTEGRAÇÃO

Adequação do Sistema de Ouvidoria (AGU) com e-OUV, e-SIC e Sapiens para melhor atender o cidadão.

FALA AGU

A ação estabelece um contato mais próximo com os integrantes da AGU, por meio de visitas nas unidades distantes da Sede AGU, contribuindo para melhoria do processo, prestação de serviço ou relacionamento interpessoal.

CLASSIFICAÇÃO

Do total de demandas, 66% eram pedidos de informação, 17,5% assuntos que não competem à AGU, 12,68% referentes à Lei de Acesso à Informação e 12,25% sugestões. Reclamações, denúncias e elogios somam 4%.

TEMAS

Andamento processual, informações sobre cumprimento de decisões, consulta de pareceres, súmulas e normas foram os principais assuntos solicitados na Ouvidoria no decorrer do ano.

DEMANDAS

Contabilizados 6.077 registros na Ouvidoria.

CONTATO ONLINE

O principal meio utilizado para registrar demandas foi a internet. Somados e-mail, sistema online, E-OUV e e-SIC foram contabilizados 3295 pedidos. Em segundo lugar aparece ligação, que obteve 2.752 registros. Carta, ofício e presencial foram 30.

MAIS DE
R\$ 10 BILHÕES
EM EXECUÇÕES FISCAIS

MAIS DE **880 MIL**
RECEBIDOS EM DÍVIDA ATIVA

853 PARECERES
EMITIDOS

MAIS DE
R\$ 3 BILHÕES
ARRECADADOS

MAIS DE
R\$ 570 BILHÕES
ECONOMIZADOS JUDICIAMENTE

ASCOM

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de publicidade institucional. O setor tem como objetivo divulgar e esclarecer o papel constitucional da AGU junto à população, garantir a qualidade da produção de notícias de interesse da sociedade e reduzir o tempo de resposta às demandas da imprensa

FACEBOOK

15,6 milhões de usuários alcançados com as publicações da AGU na mídia social.

criação

Produzidas mais de 300 peças gráficas para campanhas da Assessoria de Comunicação e unidades parceiras.

ARTES REDES SOCIAIS

430 produtos digitais exclusivos para as redes sociais, 320 ilustrações, sendo 89 AGU Explica, 27 AGU Remix e 2 Conversa AGU.

INSTAGRAM

Criado em novembro de 2017, o perfil já conta com mais de 10,3 mil seguidores.

TWITTER

As publicações do Twitter alcançaram mais de 3,5 milhões pessoas no último ano.

RÁDIO

Foram ao ar 186 programas de rádio, de segunda a sexta-feira na Rádio Justiça e emissoras parceiras.

MÍDIA INDOOR

Produzidas 126 telas de notícias para o AGU Indoor, presente em cinco unidades institucionais.

CITAÇÕES

A Advocacia-Geral da União foi citada 9.973 vezes na imprensa em todo o ano de 2017.

AGU EXPLICA

Mais de 12 milhões de usuários alcançados com 89 programas exibidos nas redes sociais.

TV AGU

Veiculados 39 programas AGU Brasil na TV Justiça e no site da instituição, contabilizando 1.092 minutos de programação.

TEMPO DE RESPOSTA

Pedidos de jornalistas foram atendidos de imediato, no período de uma hora ou dentro do deadline do jornalista em 61,3% dos casos.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Divulgadas mais de 210 notícias voltadas especificamente para o público interno.

PRODUZIDAS **1000**
NOTÍCIAS PARA O SITE
DA ADVOCACIA-GERAL
VOLTADAS PARA O
PÚBLICO EXTERNO

UMA MÉDIA DE **3,9**
NOVAS PUBLICAÇÕES
POR DIA

ATENDIDAS
1.181 DEMANDAS

O quantitativo é **5%** maior que o total de demandas atendidas em 2016 (1.126)

ASPAR

ASSESSORIA PARLAMENTAR

Responsável pelo acompanhamento das atividades e dos processos decisórios da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional; estabelecimento e execução de agenda legislativa prioritária da Advocacia-Geral da União junto ao Poder Legislativo; estabelecimento de relacionamento institucional com os parlamentares; assessoramento ao Advogado-Geral da União nos assuntos parlamentares concernentes à Instituição.

ALTERAÇÃO NA LEI ORGÂNICA DA AGU

Aprovação de parecer na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados que estabelece a tramitação em regime de urgência do PLP nº 337/2017. A proposta vai racionalizar jurídica e administrativamente a instituição, além de melhorar a integração dos órgãos que atuam em defesa do Estado brasileiro.

SAÚDE

Participação do lançamento da Campanha Outubro Rosa no Senado Federal.

PLANOS E CARGOS

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei 6788/17, do Poder Executivo, que cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União.

DÍVIDA RURAL

Aprovação que garante a renegociação de débitos de crédito rural e os relativos ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

REGULAMENTAÇÃO DE CRÉDITO

Aprovação do Programa de Regularização de Débitos não Tributários da Procuradoria-Geral Federal.

ORÇAMENTO

Atuação junto aos parlamentares obteve um acréscimo de R\$ 11 milhões nos valores liberados para despesas da Advocacia-Geral. O trabalho da Aspar também evitou desmembramento do Orçamento da PGF.

90 AUDIÊNCIAS COM
PARLAMENTARES
PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE
INTERESSE DA INSTITUIÇÃO
E DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ACOMPANHAMENTO DE
MAIS DE 100
PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS
NO CONGRESSO NACIONAL

ENVIO DE
33 AGENDAS
COM OS PRINCIPAIS PROJETOS EM PAUTA
NO CONGRESSO NACIONAL

PANORAMA AGU

Coordenação

Filipe Marques e Uyara Kamayurá

Texto

Marco Antinossi e Luiz Flávio Moura

Revisão

Raphael Bruno e Wilton Castro

Projeto gráfico

Carlos Eduardo Veloso

Foto

Renato Menezes

PANORAMA 2017

Obra impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800. CEP 70610-460, Brasília-DF
Tiragem: 1000 exemplares



Esta publicação é uma realização da Assessoria de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União

imprensa@agu.gov.br

SAUS Quadra 3 Lote 5/6 Ed. Multi Brasil Corporate Brasília-DF CEP 70.070-030

Telefones: (61) 2026 9202 2026 9712

www.agu.gov.br

